

# Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa

*Experience and narrative: political  
research artifacts*

**Danichi Hausen Mizoguchi**

## Resumo

O presente artigo pretende apresentar a experiência e a narrativa como artefatos políticos de pesquisa. Assim, trata de problematizar os imperativos científicos modernos da neutralidade e da separação plena entre sujeito e objeto. Fazendo uso de autores tais quais Michel Foucault, Maurice Blanchot e Walter Benjamin, intenta colocar a experiência e a narrativa sob a égide ético-política do ato de pesquisar como um ato o qual, mais do que desvelar e encontrar a verdade, dá-se a produzir o mundo de modo singular e sempre inacabado.

## Palavras-chave

Narrativa; experiência; pesquisa.

## Abstract

*This paper aims to present the experience and narrative as political artifacts research. Thus comes to problematize the modern scientific requirements of neutrality and full separation between subject and object. Making use of such authors which Michel Foucault, Maurice Blanchot and Walter Benjamin, tries to put the experience and the narrative under the aegis of the ethical and political act of research as an act which, rather than finding and uncovering the truth, gives up to produce the world.*

## Keywords

Narrative; experience; research.

**Danichi Hausen  
Mizoguchi**

**UFF**

Professor do Departamento de  
Psicologia da Universidade  
Federal Fluminense.

**danichim@hotmail.com**

Aos pesquisadores não se recomenda fazer como o poeta Manoel de Barros (2010, p. 64) e afirmar: “não tenho método nem métodos”. Não cola: na ciência e na academia exigem-se o tempo todo delimitações precisas acerca das estratégias de consecução dos trajetos de investigação. Como será feito, como está sendo feito e como foi feito são perguntas entoadas nas sucessivas avaliações a que são submetidas as pesquisas em suas diferentes etapas. Conforme reza a tradição, é necessário avaliar se a técnica de coleta de dados através da qual a pesquisa é realizada tem validade e fidedignidade, se a amostra é selecionada de forma adequada e garante representatividade em relação à população, se os recursos utilizados para a análise dos dados são pertinentes – em suma, se são capazes de levar o pesquisador a descobrir e enunciar a verdade.

Em conversa realizada no ano de 1978, o italiano Duccio Trombadori indaga Michel Foucault (2010) acerca da necessidade, em toda e qualquer pesquisa, de indicações que clareiem a ligação entre o problema inicial e os resultados obtidos – ligação explicitamente metodológica, portanto. Foucault lhe responde que, quando começa um trabalho, não sabe exatamente como vai fazê-lo: tal definição dá-se ao longo do processo. Diz mais: é necessário sempre, a cada empreitada, forjar um método de análise o qual não será prescritivo ou generalizável, já que singular e engendrado sob medida para uma questão e um pesquisador específicos. Fazendo inócuas as barreiras que separam bruscamente problema e método de pesquisa, a resposta que Foucault dá a Trombadori aloca a epistemologia próxima à radicalidade de um artifício rigorosamente criativo – distante, logo, de uma via única, neutra e replicável. Se não se recomenda fazer como o poeta o qual diz não ter nem método nem métodos, talvez o modo segundo o qual a questão de pesquisa se liga a possíveis respostas não tenha a obrigação de enclausurar-se na segura de uma estratégia unívoca e universal em busca da única verdade possível. No entreposto da encomenda acadêmica e da aposta foucaultiana, criar, validar e divulgar uma tática singular de investigação parece ser uma das importantes tarefas políticas direcionadas aos pesquisadores os quais se inquietam com os modos de subjetividade engendrados na atualidade.

Uma das máximas dos manuais de pesquisa científica é a exigência normativa de um caráter de replicabilidade. Diz-se enfaticamente que a metodologia “deve ser exposta de modo suficientemente claro e detalhado, para que qualquer pessoa que a leia seja capaz de reproduzir os aspectos essenciais do estudo” (MOURA, 2005, p. 49). Na busca de respostas extensivas e comuns a todo e qualquer investigador que se interesse pelo problema, deve-se sempre definir e clarear a amostra com a qual se deu, está se dando ou dar-se-á o trabalho, bem como as técnicas de coleta e de análise dos dados que foram, estão sendo ou serão utilizadas. Tudo isso a fim de que outros possam replicar o procedimento e verificar se levam de fato à resposta encontrada a princípio – doravante considerada de modo dual: ou a única resposta verdadeira possível ou uma dentre tantas respostas equivocadas. Tal preceito – inspirador maior das ditas ciências exatas desde que uma maçã caiu na cabeça de Isaac Newton, toda a Física se reformulou e o universo tornou-se integralmente calculável – é violentamente transposto às ditas humanidades. Buscando a fuga das pechas de pseudociência, de crença, de opinião e de metafísica, o histórico forçado das ciências humanas é a suposta fabricação de uma matemática da subjetividade, advinda a partir do paradigma moderno da neutralidade e da plena separação entre aquilo que se convencionou chamar de sujeito – aquele que conhece – e de objeto – aquilo que é conhecido. Em um mundo neutro, pronto e calculável, resta ao pesquisador apenas a descoberta técnica da verdade – jamais a participação na invenção de outros mundos possíveis.

Entretanto, o preceito que guia o cientista clássico talvez não se encaixe nas intenções de quem se interessa pela complexidade e pelo inacabamento ético-político dos modos contemporâneos de existência – nas intenções de quem, mergulhado nas linhas do presente, é por elas inquirido. Seria empobrecedor à tensão problemática do presente definir o balizamento da seleção de amostras, para usar os exemplos mais batidos nos manuais, de forma probabilística aleatória simples ou não-probabilística intencional, ou a delimitação de procedimentos como a observação artificial, a entrevista em grupo focal ou a aplicação de escalas ou testes psicológicos: a busca experimental de uma única resposta verdadeira possível, operada no distanciamento ótimo entre aquele que pesquisa e aquilo que é pesquisado, sufocaria o inacabamento do problema e do pesquisador – ou, em outros termos, o inacabamento vigoroso do mundo – nas trilhas de um suposto ponto final o qual se necessita desvelar.

Assim, talvez caiba pensar junto a Foucault quando ele afirma poder-se “dizer que o conhecimento do homem, diferentemente das ciências da natureza, está sempre ligado, mesmo sob sua forma mais indecisa, a éticas ou políticas” (1999, p. 453) – e não, portanto, ligado a algo que possa se aproximar de uma neutralidade laboratorial real, implacável e derradeira. Talvez já seja hora de se afirmar peremptoriamente que o que se pode fazer transcorrer e transmitir nos estudos da subjetividade não é a certeza de um experimento, mas a irrequieta e incômoda passagem política e metodológica de uma experiência. Ou, de modo forte e prosaico, como tanto Paul Valéry quanto Franz Kafka diziam acerca da obra, fazer de toda e qualquer pesquisa apenas um exercício: a sustentação de um eterno retorno à encruzilhada vivaz das apostas, a negativa à falácia do porto seguro da objetividade descoberta, a assunção desavergonhada de um benfazejo inacabamento de si e do mundo. Tal aposta metodológica aponta suas diretrizes na direção das reflexões propostas por Michel Foucault e por Walter Benjamin acerca do conceito de experiência. Afinal, como operar uma epistemologia a qual permita pesquisar um mundo denso, múltiplo e tenso o qual não cessa de acontecer?

São no mínimo três conceituações de experiência estabilizadas no decurso do pensamento foucaultiano – umas mais, outras menos interessantes à aposta epistêmica que aqui se engendra. Inicialmente, o pensador francês elabora a experiência como “o lugar onde é necessário descobrir as significações originárias” (CASTRO, 2009, p. 161): ou seja, a experiência era o ponto de localização de um sujeito essencial – primeiro, fundante, pesado e idealmente inflexível. Nesta época – a década de 1950, quando das primeiras publicações de seus escritos – Foucault encontrava-se muito próximo da linhagem fenomenológica, leitor atento de Martin Heidegger, Ludwig Binswanger e Maurice Merleau-Ponty que era. Em trabalhos como *Doença mental e psicologia* (1975) e *Introdução* (in Binswanger) (2006), aparecia um interesse explícito dirigido a problemas existenciais – problemas de origem, problema de identidade, problema de um sujeito que, por variados motivos, era dolorosamente arrancado de uma essência primeira à qual deveria sempre retornar.

Posteriormente, inspirado pelos textos literários e filosóficos de autores como Friedrich Nietzsche, Maurice Blanchot e Georges Bataille, Foucault passa a definir a experiência de um modo radicalmente diferente daquilo que defendia na década de 1950. A nova conceituação direcionava-se aos modos e possibilidades de dessubjetivação: experiência conceituada como aquilo que arranca o sujeito de si e o impede de se repetir, levando-o o mais próximo possível de algo até então impossível de ser vivido nas linhas identitárias nele já estabelecidas até o momento de irrupção da experiência. Se antes, nos escritos da década de 1950, a experiência voltava-se à valorização da origem do sujeito, agora ela era justamente a possibilidade de destruir toda e qualquer estabilidade existencial originária. Momento

vital extraordinário, quando a experiência solicita, em uma definição radical, tão somente a violenta intervenção do inaudito.

Por fim, a terceira conceituação de experiência nos trabalhos de Michel Foucault, localizada nos trabalhos realizados na década de 1980, aproxima-se de uma forma simultaneamente histórica e autoral de subjetivação. Esta última modulação do conceito de experiência dá-se a partir dos desdobramentos metodologicamente inovadores do segundo volume de *A história da sexualidade*, quando Foucault (1984), operando um inusitado retorno aos gregos, passa a trabalhá-lo a partir dos jogos estratégicos entre as relações de poder e as formas de relação consigo: experiência que seria ascética e agonística, mesmo que na própria engrenagem dos dispositivos históricos dos quais inevitavelmente é parte. A novidade metodológica, no decurso da qual se desdobra o conceito de experiência, é o escape de um determinismo irresistível do poder, conforme identificado por alguns leitores e comentadores em sua produção dos anos 1970, possibilitando ao sujeito a operação de escolher dentre regras facultativas no seio do próprio dispositivo – e, por fim, operar aquilo que os antigos helenos chamavam de um cuidado de si.

Tomando a segunda e a terceira denominações foucaultianas de experiência como ferramentas de uma aposta política e metodológica de pesquisa, deve-se de saída considerar que inexistente experiência – e, portanto, pesquisa – sem relação. Primeiro, porque trata-se da relação de uma existência – a existência do pesquisador – tanto com a trama de dispositivos que a faz existir quanto consigo mesma. Segundo, porque evoca o encontro com algo desestabilizador, a partir da qual “uma experiência é qualquer coisa do qual se sai transformado” (FOUCAULT, 2010, p. 289). Por fim, porque “uma experiência é alguma coisa que fazemos inteiramente sós, mas só podemos fazê-la na medida em que escapará à pura subjetividade, em que outros poderão, não digo retomá-la exatamente, mas, ao menos, cruzá-la e atravessá-la de novo” (FOUCAULT, 2010, p. 295). Ainda nas palavras de Foucault, que a experiência “não seja simplesmente a minha, mas que possa ter certo valor, certo caráter acessível para os outros, que essa experiência possa ser feita pelos outros” (FOUCAULT, 2010, p. 294-95) – o que, ressalte-se, dista bastante do ideário científico da replicabilidade.

Assim, a pesquisa que, inspirada pelas provocações de Michel Foucault, propõe-se a usar a experiência como artefato político-metodológico denota um caráter político e epistêmico tenso, vendo-se afastada da neutralidade, da objetividade, da replicabilidade e do distanciamento pleno entre sujeito e objeto. Antes de mais nada, porém, recua do caráter de descoberta reveladora da verdade e aloca-se próximo ao caráter de interrogação destrutiva das modulações já existentes no pesquisador e no mundo. Ou seja, dirige-se a habitar um território, bombardeado e confeccionado por suas linhas de força, e a essas mesmas linhas interrogar, abrindo espaço à construção de outros mundos – também sempre aptos à destruição. Para tanto, a primeira das implosões dá-se entre a linha supostamente dura que deveria, na ciência tradicional, apartar sujeito e objeto. Trata-se, pois, de uma acepção metodológica de experiência que não pode se dar em placidez: dá-se na tensão de uma vida a qual necessariamente submerge no campo de forças do presente a fim de que possa criar-se na junção paradoxal e inequívoca de um mundo e um pesquisador distantes das possibilidades de um ponto verdadeiro, objetivo e final, ainda e sempre em construção – ainda e sempre em deformação.

O que há, ao fim e ao cabo, é o mergulho da interrogação na vida de quem pesquisa: o cotidiano efervescente, a micropolítica inquieta, as modulações fragmentárias de um território vivaz. Espaço tramado, heterogeneidade de existências, multiplicidade destrutiva da prepotência da razão: pesquisa enunciada em uma estranha e necessária primeira pessoa tortuosa e jamais pacificada, dada sobremaneira a interrogar e a desfazer as forças

que constituem o mundo e a si – dada a abrir brechas nas configurações estabelecidas, mais do que a desvelar ou descobrir a verdade. Pesquisa de experiência mutável, portanto, mais do que experimento conclusivo.

Tal via, porém, não deixa de comportar riscos: não seria ela a passagem para uma política metodológica de pesquisa ensimesmada e romântica, a qual, já afastada da universalidade laboratorial, dirige-se à expressão individualizada, confessional e gabola de um eu lírico marginal o qual se exhibe nas vitrines undergrounds do mundo?

Walter Benjamin é outro autor que tem o conceito de experiência como fundamental em sua obra – e o qual pode instigar na construção de artefatos políticos de pesquisa. *Erfahrung* é a palavra alemã recorrentemente utilizada por ele em textos como *Experiência e pobreza* (1994a) e *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1994b). O radical germânico *fahr* – presente na expressão utilizada por Benjamin em ambos textos referidos e conceitualmente importantíssimo – indica o ato de percorrer ou atravessar determinada região, tratando de desfazer a débil e periclitante oposição entre o individual e o coletivo – já que inserida em uma produção sempre inacabada e limiar da subjetividade. Trata-se da junção de uma estética e de uma política da narratividade de passagens e de percursos sempre inconclusos – porque inconcluso é o sujeito, porque inconcluso é o território, porque inconclusa é a passagem, porque inconcluso é o limiar, porque inconclusas são as linhas de força que compõem o mundo. Considerando-se a experiência como passagem, afasta-se a crença dual em uma existência precária na interioridade de um indivíduo em prol de uma benéfica completude do coletivo, tanto quanto simultaneamente se afasta a ideia da supremacia do indivíduo em oposição à deformação claudicante e amorfa da massa. Como bem coloca Ana Cabral Rodrigues (2006, p. 12), versa-se acerca de uma “experiência que não se encerra, tampouco se equivale aos contornos do indivíduo”, já que, “tecida na passagem no entrelaçamento de fragmentos de histórias de muitas vidas, não se mostra passível de completar-se, fechar-se ou de esgotar-se” (RODRIGUES, 2006, p. 12).

Em contraposição ao conceito de experiência, Walter Benjamin apresenta a noção de *Erlebnis* – vivência, em português – como algo psicologicamente característico do indivíduo que se fecha em si – produzido, aliás, em larga escala pelo capitalismo moderno – supostamente ensimesmado e em vias de se concluir. Vivência de formação, portanto, sob a qual a subjetividade é feita sob o zíper aveludado da clausura. Para Jeanne-Marie Gagnebin (1994), no bojo da tensão conceitual benjaminiana entre experiência e vivência, importante é o laço estabelecido pelo filósofo alemão entre o fracasso da experiência e o fim da arte de contar. Ou seja, a construção da experiência deveria ser necessariamente acompanhada da construção de uma forma política de narração – ambas enfraquecidas a partir do advento do trabalho industrial e da conseqüente derrocada do artesanato. Tal relação, salientada por Gagnebin, é fundamental na inquietação dirigida às modulações metodológicas que multiplicam o ato de pesquisar, abrindo passagem à estreita e importante vinculação entre o conceito de experiência e o conceito de narrativa: talvez seja a passagem para além e aquém da cilada polarizada entre a replicabilidade universal experimental e o lirismo de um eu experiencial protegido e encantado consigo.

Tony Gatlif, realizador argelino, tem como mote de boa parte de suas películas um povo nômade: ele não se furta a problematizar, por exemplo, os ciganos. Em *Exílios*, filme de 2004, faz valer uma importante questão ético-metodológica cara a Michel Foucault (1984, p. 13) e ao procedimento de pesquisa que neste trabalho se quer engendrar: “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho

daquele que conhece?”. Afinal, que experiência de saber e de pesquisa seria essa proposta pelo pensador francês e explicitada com o filme de Gatlif?

Exílios encena um músico o qual propõe à namorada que ambos saiam de Paris – cidade de nascimento e de moradia de ambos – e rumem à Argélia – país de onde seus pais emigraram décadas antes: espécie curiosa de exílio às avessas. A proposta feita pelo rapaz dava-se em nome da crença na suspensão da artificialidade de sua identidade francesa, a fim de que ambos pudessem encontrar a pureza familiar de sua origem árabe à margem sul do mar Mediterrâneo. Desacomodados pela ecceidade do que vai se passando no trajeto, porém, a intenção originária – originária em um duplo sentido: intenção primeira da viagem e base de sua cultura – do movimento vai aos poucos se desfazendo em prol da criação da própria existência a qual o trajeto em si inevitavelmente propicia. Atravessando a Andaluzia – região de históricos embates e posses alternadas entre muçulmanos e católicos, justamente os pólos culturais por entre os quais pendia o casal –, desprendiam-se tanto do gabarito francês quanto do gabarito árabe: eles faziam então uma viagem repleta de descaminhos daquilo que supostamente conheciam ou deveriam conhecer – daquilo que supostamente eram ou deveriam ser.

Chegados à capital da Argélia, a moça, estando justamente onde supusera que deveria estar em casa, diz: “Não me sinto bem. Sou estrangeira. Sou estrangeira em qualquer lugar”. Depois, obrigada a cobrir o rosto, sufocada, joga longe a burca e grita: “Preciso de ar!”. O que o filme talvez possa ensinar a quem urde uma aposta metodológica de pesquisa é que a busca por uma origem é infecunda e asfíxiante – ou, por outra, que a busca de um conhecimento de si desemboca em uma produção de um estranhamento sem alibi. Trata-se, portanto, de uma experiência subjetivante, a qual aconselha que a busca pelo encontro ou reencontro de nós mesmos é inevitavelmente criação de nós mesmos a partir de inauditas e imprevisíveis veredas.

Pode-se aproximar a distinção proposta por Walter Benjamin entre a experiência e a vivência – e sua conseqüente vinculação à política da narração, conforme salientado por Gagnebin – à distinção proposta por Maurice Blanchot entre a narrativa e o diário. Diz ele, em *O livro por vir*, que o “diário está ligado à estranha convicção de que podemos nos observar e que devemos nos conhecer” (BENJAMIN, 2005, p. 275). O modo do diário vige, portanto, como escrita ensimesmada e voltada à hermenêutica da vivência: à descoberta, a partir da intimidade encalacrada nos cadeados da pele, de um eu lírico que precisa ser protegido e valorizado de tudo aquilo que não é – e que, temeroso, não pode ser. A dobra do diário íntimo, portanto, é aquela na qual o autor inquire e descobre a identidade de um si, confessando a consciência das vivências de um eu fechado e avesso aos descontroles do fora – do fora de si, entenda-se.

A política narrativa agenciada à experiência, ao contrário, vincula-se – ou intenta se vincular – à impessoalidade inominável e criativa impossível de ser trancada em um eu. A distinção é de cunho ético – ou, por outra, de percepção e de ação. Diferença de entonação, enfim, a qual se dá porque a narrativa trata daquilo que jamais pode ser verificado, calculado e alocado em gráficos estatísticos – que é tanto impossível de ser objeto de uma constatação quanto emanar de um eu que se respeita e se declara demais. Narra-se, assim, aquilo que é impossível de se objetivar e de se encastelar em mapas do self – trama material coletiva e impessoal de um punhado de trajetórias e histórias múltiplas que, coexistindo, fazem e desfazem ininterruptamente o espaço do mundo em um nós nervoso (BAPTISTA, 2009).

Blanchot (2005) lembra que, desde o Renascimento até o Romantismo, houve um esforço impressionante para reduzir a arte ao gênio e a poesia ao subjetivo, dando a entender que aquilo que o poeta exprime é tão somente ele mesmo, uma genuína intimidade, a profundidade escondida e finalmente



revelada de sua pessoa sensível e encantadora. A exigência de uma obra seria, então, unicamente a expressão de tal intimidade autoral – a intimidade de uma vivência, talvez dissesse Walter Benjamin. É este, diz Maurice Blanchot, o grau mais baixo das tantas e tão variadas relações possíveis entre um artista e sua obra – ou de um pesquisador e sua pesquisa: desvaler a experiência e a narrativa em uma estranha e já não mais científica revalorização da distância entre o sujeito e o objeto. Na proposta epistêmica que aqui se ensaia, trata-se, assim, de realizar a oposição a este grau: de operar uma política metodológica sob a qual a experiência e a narrativa dão-se a partir de uma perspectiva a qual, sonhadora e já afastada da objetividade universalista, também “mina a individualidade, como um dente oco” (BENJAMIN, 1994b, p. 23) – que a desinventa mas não se afasta do mundo.

Nas pistas da experiência e da narrativa, faz-se mister lembrar que minar a individualidade – a ego trip de uma vida supostamente pesquisadora que se respeita e se admira por demais, a execução de um diário vivencial hermenêutico – não significa a derrocada da singularidade: como ensina Walter Benjamin, na narrativa experienciada e transmitida “ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila” (BENJAMIN, 1989, p. 107). Não há, portanto, duas narrativas iguais: não há dois mundos iguais, não há duas experiências iguais – não há dois atravessamentos territoriais iguais. Está-se versando, portanto, sobre “o sentido forte do termo experiência: uma narração que modifica tanto a matéria narrada como o sujeito da narrativa” (FREITAS, 2010, p. 245) – ou, nos termos tradicionais da ciência, que cria concomitantemente, no exato instante em que os solapa, tanto o sujeito quanto o objeto de pesquisa. Porém, tal construção é sempre e eminentemente singular: arranjo de forças inaudito e irrepetível – arranjo subjetivo desterritorializante e desindividualizante o qual enovela as linhas de força do mundo em modos sempre irrepetíveis. Uma experiência, enfim.

Nesta linha, Maurice Blanchot afirma que a palavra experiência faria alusão a algo de fato experimentado. Mas, diz ele, talvez assim estar-se-ia buscando ainda reencontrar a segurança de um nome, situando o conteúdo do trabalho em um nível pessoal garantido por uma consciência. Versa-se aqui, ao contrário, precisamente sobre o que Blanchot chama de inominável: uma experiência metodológica de pesquisa a qual possa viger sob a ameaça ininterrupta do impessoal, a aproximação de uma fala que atravessa sem pedir licença aquele que a escuta, que exclui toda possibilidade de intimidade, e que já não se pode fazer calar. Há, pois um pesquisador eminentemente paradoxal que vige sob tais auspícios: há alguém irrepetível – uma linha, um corpo, um nome – que experiencia a singularidade de forças materiais no atravessamento de determinado território, dando passagem e concretude aos acontecimentos que, simultaneamente, lhe dão passagem e concretude na narrativa.

Desde a experiência da experiência, porém, este corpo e este nome irrepetíveis arrastam-se para fora de si, desapossados e desalojados, já incorpóreos e inomináveis, recobertos por um eu agora poroso e já agonizante (BLANCHOT, 2005) após ter servido de morada temporária para que uma experiência passasse e fosse narrada. Há, pois, alguém que, como estrangeiro inominável, pesquisa em um nome próprio inevitável e esfarrapado, desde que falar em nome próprio signifique “nomear as potências impessoais, físicas e mentais que enfrentamos e combatemos quando tentamos atingir um objetivo, e só tomamos consciência do objetivo em meio ao combate” (DELEUZE, 1992, p. 111). Sob tal postura, a metodologia há de se aproximar da ética daqueles os quais reconhecem que, para além de conhecer, a pesquisa dá a transformar e destruir, e que prosseguem nesse estranho combate que os atrai para fora deles mesmos: fragmentos os quais vão em direção de um lugar o qual promete a

possibilidade de narrar, com a certeza que desde ali se experiencie e desapareça – que se experiencie, narre e desapareça um mundo.

Se não se recomenda fazer como o poeta o qual dizia não ter método nem métodos, talvez as pistas catadas nas obras de Michel Foucault, Walter Benjamin e Maurice Blanchot abram a possibilidade de uma epistemologia distante da replicação científica verdadeira e das medidas de um eu confessional. Por outra, experiência e narrativa utilizadas como artefatos políticos de pesquisa dão passagem a um caráter radicalmente singular e impessoal: um pesquisador e um mundo aptos a serem criados e a serem destruídos – mais do que serem declarados ou descobertos.

## Sobre o artigo

**Recebido:** 11/03/2015

**Aceite:** 02/04/2015

## Referências bibliográficas

BAPTISTA, L. A. **O veludo, o vidro e o plástico: desigualdade e diversidade na metrópole**. Niterói: EdUFF, 2009.

BARROS, M.. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**, Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p 114-119.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**, Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 197-221.

BENJAMIN, W. O surrealismo. O último instantâneo da inteligência européia. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**, Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994c, p. 21-35.

BENJAMIN, W. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 9-184.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume VI. Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 289-347.

FOUCAULT, M. Introdução (in Binswanger). In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume I. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 71-132.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.



FREITAS, R. No limiar do Lógos: mimesis, cidade e infância no pensamento de Walter Benjamin. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Org.). **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 241-251.

GAGNEBIN, J. M. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas, Volume 1**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7-20.

MOURA, M. L. S. de. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

RODRIGUES, A. C. **Subjetividades e espaços: narrativas incompletas**. 2006, 87f. Dissertação (Mestre em Psicologia) –Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2006.